

Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX

Anete Abramowicz*
Debora de Barros Silveira**
Ione da Silva Jovino***
Lucélio Ferreira Simião****

Resumo

O objetivo desse artigo é evidenciar a maneira pela qual a criança e sua infância foram retratadas no século XIX e início do século XX, em especial, a criança negra. A análise utilizada baseia-se na pesquisa iconográfica e tem como fonte alguns acervos históricos brasileiros. A partir dessa perspectiva, as crianças são colocadas como protagonistas da história, da qual, em geral, aparecem apenas como vestígios, invisíveis e ocultas. Do ponto de vista metodológico, utiliza-se imagens fotográficas organizadas e analisadas considerando as questões de gênero, raça e classe social. Observou-se que há raríssimas fotos de crianças, e, pela via da raridade, pode-se demonstrar uma visão diferente sobre elas, já que foram retratadas. O estudo evidenciou a presença de crianças negras em retratos que contemplam cenas da vida cotidiana sem alusão à escravidão. Desta forma, problematizou-se a representação presente no imaginário social desse período. Contudo, as crianças negras são retratadas e reconhecidas referindo-se ao exotismo do trabalho escravo, devido a isso, o olhar analítico procura desviar de uma determinada maneira hegemônica de representá-las no século XIX. Concluiu-se que este período se caracteriza por uma ambiguidade: a existência de um sentimento de infância e a invisibilidade da criança e da infância negras.

Palavras-chave: Criança. Infância. Negros. Iconografia.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, SP. Docente do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da UFSCar/SP. Bolsista CNPq.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Educação Infantil da UEMS/MS.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da UEPG/PR.

**** Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Matemática da UEMS/MS.

Introdução

Este artigo propõe uma iconografia da criança negra.¹ As fotos e as imagens selecionadas foram encontradas e pertencem aos seguintes acervos pesquisados: Museu e Biblioteca da Fazenda do Pinhal (MFP) no município de São Carlos/SP; Instituto Moreira Salles (IMS) e Museu Paulista (MP) no município de São Paulo/SP; Museu Histórico do Município de Dourados/MS (MHMD) e Centro de Documentação Regional (CDR) localizado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Biblioteca Pública do Estado da Bahia; Arquivo Público da Bahia (APB) na Bahia; Museu Regional de Vitória da Conquista (MRVC), órgão suplementar da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e acervo particular do Sr. Dílson Alves dos Santos em Vitória da Conquista/BA. Buscamos verificar, baseadas no material coletado, a maneira pela qual a criança e a infância são retratadas nestas regiões do Brasil nos séculos XIX e XX.

Com base nas imagens e fotos da iconografia encontrada nestes acervos pretendemos contribuir para uma maior compreensão da história da criança e da infância, do século XIX e início do século XX, no Brasil. Por esta via, pretendemos colocar as crianças como protagonistas da história, da qual, em geral, aparecem apenas como vestígios, invisíveis e ocultas, pois não são elas próprias que se retratam e nem mesmo escrevem a sua própria história. Da mesma maneira, este estudo pretendeu problematizar a representação presente no imaginário social no qual as crianças negras são sempre retratadas e reconhecidas como escravizadas. O estudo em foco evidenciou a presença de crianças negras em retratos que contemplam cenas da vida cotidiana sem alusão à escravidão.

As fotos foram organizadas considerando-se as questões de gênero, raça e classe social presentes nas imagens que retratam as crianças e a infância no período designado para análise. Após o levantamento realizado nos diversos acervos elegemos as fotos e as classificamos nos seguintes tópicos: meninas, meninos, famílias e civilidade infantil.

Iconografia

Nesta pesquisa denominamos iconografia como um conjunto de imagens: fotográficas, de revistas, de manuais de civilidade e de todo tipo

de materiais de cunho imagético. No entanto, neste trabalho priorizamos apenas uma parte das fotografias e de apenas algumas imagens contidas em revistas² da época.

Falar da fotografia como um meio de registro histórico não é uma tarefa fácil, pois como afirma Lima (2004, p. 86, grifos da autora) “a escrita sempre foi colocada como a **mais científica**, mais **filosófica**, mais **verdadeira**” e, conseqüentemente, as imagens sempre são identificadas como mais imediatas, instintivas ou ilusórias. Kossoy (2001) também salienta que existe um tipo de preconceito quanto à utilização da fotografia como instrumento de pesquisa por várias razões, das quais ele menciona apenas duas. A primeira é de ordem cultural, pois temos um aprisionamento multissecular à tradição escrita como forma de transmissão do saber. A segunda razão, decorrente da anterior, diz respeito à expressão. As fotografias trazem informações registradas visualmente. O autor aborda a dificuldade que o pesquisador encontra para vencer “a resistência em aceitar, analisar e interpretar a informação quando esta não é transmitida segundo um sistema codificado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita” (KOSSOY, 2001, p. 30).

Um dos fatos que provoca desconforto no uso de imagens visuais em pesquisa é que o pesquisador geralmente não sabe qual foi a intenção do fotógrafo ao produzir aquela imagem. Toda imagem fotográfica tem um motivo que a precede, elas são produzidas com uma determinada finalidade: “Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época” (KOSSOY, 2001, p. 36). A fotografia, portanto, é resultante da ação de alguém que, em determinado tempo e espaço, optou por algum assunto e registrou-o empregando os recursos oferecidos pela tecnologia. Registrar certo tempo e espaço, atestar a existência de alguma coisa ou de um evento, uma determinada realidade, talvez aí esteja o cerne do encantamento que a fotografia exerce sobre nós. Barthes (1984, p. 13) afirma que “o que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”.

O ato de registrar tal objeto ou tal pessoa, tal instante em vez de outro, é algo que sempre nos aguça a curiosidade. Segundo Kossoy (2001) a escolha de um aspecto determinado acaba documentando não só a cena ali congelada, mas a própria atitude do fotógrafo diante da

realidade, a sua visão de mundo. Assim, a foto nos informa também acerca de seu autor.

Quando se fala em fotos, temos a impressão de que com base nelas podemos construir, ler parte da história de uma determinada época, mas isso não é muito fácil. Somente as fotografias não são capazes de nos revelar a história, é necessário que o pesquisador utilize outras fontes que possam complementar aquilo que as imagens podem revelar. Barthes (1984) e Kossoy (2001) afirmam que a fotografia ou mesmo um conjunto de fotografias não reconstituem ou não rememoram o passado, ela atesta a existência de algo, ela congela alguns fragmentos de um instante de vida das pessoas, das coisas, da natureza etc.

A maioria das fotografias, independentemente da época em que foi produzida (recente ou antiga), pode permitir múltiplas leituras efetuadas por quem as observa. Kossoy (destaca em seus dois livros – *Fotografia e História* (2001) e *Realidades e ficções na trama fotográfica* (2002a) – que as fotografias servem como documentos de história e nos permitem várias interpretações, pois as imagens contêm múltiplas significações. A leitura das imagens permite diferentes interpretações em função do próprio repertório de informações e de conhecimentos do observador da foto, de seus preconceitos, de suas convicções morais, éticas, religiosas, de sua situação socioeconômica, entre outras. Assim, as fotografias sempre propiciam possibilidades de diferentes leituras para os diferentes receptores que as apreciam.

Barthes (1984) também destaca a multiplicidade de leituras da imagem fotográfica e a maneira como algumas fotografias exercem uma atração sobre seu observador. O autor argumenta que as imagens ou algumas fotos podem causar ou produzir certo interesse, certo “estalo” (BARTHES, 1984, p. 36) e que não seria possível explicar a razão pela qual ou enumerar o que pode provocar o interesse ou a atração (seja desejar o objeto, a paisagem, o corpo ali representado etc.), pois certas fotos podem até satisfazer a um dos critérios que provocaria essa atração e lhe interessar pouco.

O autor designa provisoriamente como “aventura” a atração que sobre ele exercem certas fotos e afirma: “o princípio da aventura permite-me fazer a fotografia existir. De modo inverso, sem aventura, nada de foto” (BARTHES, 1984, p. 36).

Continuando a falar sobre esse princípio de existência ou não da fotografia sob o ponto de vista do observador, Barthes (1984) explica que olhando as fotografias muitas podem nada lhe dizer. Como observador, ele pode olhá-las sem pô-las em posição de existência, mas de repente alguma delas surge e o atrai. Ele diz:

ela me anima e eu a animo. Portanto, é assim que devo nomear a atração que a faz existir: uma animação. A própria foto é em nada animada (não acredito nas fotos “vivas”), mas ela me anima: é o que toda aventura produz (BARTHES, 1984, p. 37).

Em relação ao surgimento da fotografia no Brasil, Kossoy (2001) afirma que é importante salientar que foram desenvolvidas experiências pioneiras e contemporâneas no campo da fotografia por Hercules Florence. Ele idealizou seu processo fotográfico em 1833 e colocou-o em prática a partir dessa data num local desprovido dos mínimos recursos tecnológicos para seu desenvolvimento no Interior da Província de São Paulo, na Vila de São Carlos, atualmente conhecida como a cidade de Campinas/SP. O autor ainda afirma: “E como que por ironia a fotografia – ou melhor, a daguerreotipia – tornava-se conhecida no Brasil através das demonstrações do abade francês Louis Compte, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1840” (KOSSOY, 2001, p. 143).

A descoberta da fotografia em vários contextos ao mesmo tempo, no Brasil, na França e na Inglaterra,³ dá algumas evidências de que a sua invenção não foi resultado de uma pesquisa desprezível, mas de uma trajetória de busca para responder a uma demanda social existente por imagens, em especial os retratos. A fotografia proporcionava um meio eficaz de reproduzir a realidade da forma mais exata até então conhecida, reduzindo ao máximo a imprecisão causada pela interferência da mão humana.

O acesso à fotografia foi inicialmente restrito a um pequeno número de pessoas que podia pagar os altos preços cobrados pelos fotógrafos e somente com o aperfeiçoamento das técnicas, aos poucos, o uso das imagens fotográficas foi difundido para outras camadas da sociedade. Com o desenvolvimento da indústria fotográfica o uso da fotografia não parou de se multiplicar, ocupando cada vez mais espaços diversificados, novas utilidades e diferentes significações.

Philippe Ariès (1981) foi pioneiro no uso de iconografia para a construção da História Social da Família e da Criança que resultou na construção da ideia de que o “sentimento da infância” teria aparecido, na Europa, a partir do século XVIII. A despeito das principais críticas que se apresenta ao trabalho de Ariès (1981), entre elas a de “negligenciar a história das mudanças nas convenções de representação” e “subestimar as funções ou os usos das imagens”, Burke (2004) assegura que ele serviu de estímulo para um conjunto de pesquisas sobre imagens de crianças, levando a uma reinterpretação das evidências de retratos e imagens. No Brasil a discussão que se contrapõe ao trabalho do Ariès (1981) sobre a existência ou não de um sentimento da infância em nosso país foi exaustivamente abordada por pesquisadores da infância, entre eles, Kuhlmann Jr. (1998); Kuhlmann Jr e Fernandes, (2004), Faria Filho (2004), Monarca (2001) e outros.

A pesquisa proposta parte do reconhecimento da existência de um sentimento sobre a criança no sentido de que se estabelecem relações entre adultos e crianças que as reconhecem em suas especificidades e, desta forma, mesmo que raramente, elas foram retratadas, como veremos, com poucos elementos de infância.

Crianças e negras

Ao propormos um trabalho iconográfico da criança e de sua infância no século XIX e início do XX pretendíamos, por um lado, deixar um registro de crianças que raramente foram retratadas especialmente neste período. Por outro lado, reconhecer a fonte iconográfica como um documento legítimo na invenção e contribuição para a construção da história da criança nesse período. As crianças ocupam um lugar aparentemente periférico na história em geral e isso se reflete na dificuldade em encontrar imagens delas e sobre elas. Ao mesmo tempo em que não são elas que escrevem sua própria história e nem são elas que registram suas imagens as crianças têm sua história contada e retratada por outros. Ao estudarmos a história das crianças percebemos o lugar protagonista que ocupam, especialmente na função de mediação: entre, por exemplo, o Estado e a construção civilizatória no interior da ideia do “povo” e as famílias, entre as línguas africanas e o Português, entre a moral e as regras hegemônicas de higiene, saúde e exercem o papel protagonista de mediação em muitas situações cotidianas.

Compusemos este trabalho na direção de um “efeito de raridade” de imagens no sentido de que foram poucas imagens produzidas sobre as crianças neste período. Ao invés de tentarmos sair ou nos desviar da raridade fomos à procura dessa “lei de pobreza”⁴ (ORLANDI, 1987), ou seja, há raras imagens e, desta forma, este é o dado verificado: as crianças foram raramente retratadas neste período nas regiões pesquisadas.

Na iconografia pesquisada encontramos assuntos referentes ao como educar as crianças, o que fazer com elas, como medicá-las, higienizá-las, ou seja, assuntos **sobre** a maneira pela qual a criança deve ser construída, educada, civilizada, alimentada etc. Ou melhor, assuntos sobre como “produzir” determinado tipo de crianças, que práticas e discursos devem incidir sobre os adultos, de maneira a afetar e se estender sobre as crianças para a produção de uma certa maneira de ser e de viver como crianças e conseqüentemente de ter e construir uma infância. Neste período, como veremos, havia uma forma de ser menina e de ser menino, negro e branco, pobre e rico. Como poderemos observar na pesquisa priorizamos fotos de crianças negras devido à ausência delas na historiografia brasileira e por ser um de nossos focos centrais.

Nesta época, o Brasil era um país escravista e a vinda da família real portuguesa, em 1808, colocou a ex-colônia no centro governativo de seu império. O tráfico e a escravidão haviam penetrado tão profundamente na existência das sociedades que após terem se tornado os pilares da economia que se mundializava a partir da Europa por um momento podem ter parecido fenômenos naturais e atemporais.

Num primeiro momento da historiografia da escravidão brasileira, as interpretações economicistas obscureceram o conhecimento mais apurado das relações entre os próprios escravizados, assim como destes com os libertos e os brancos pobres. Salvo raríssimas exceções, conforme Jovino (2010) não houve silêncio nem invisibilidade maior do que aquela que incidiu sobre as mulheres e as crianças escravizadas. Corroborá isso um dos trechos do pioneiro trabalho de Mattoso⁵ (1988, p. 38), ao comentar a dificuldade do trabalho com as fontes (no caso inventários *post mortem*), que não deixam transparecer os aspectos da vida cotidiana, alegando haver um anonimato redutor na escravidão: “o que se pode dizer então das crianças escravas que são duplamente mudas, e duplamente escravas?”

No entanto, nas últimas décadas essa historiografia conheceu mudanças significativas. Conforme Wissenbach (2002) pode-se destacar os enfoques interpretativos que consideram o escravizado como agente histórico, visão imprescindível para superar os pontos de vista tradicionais que insistiam na reificação do cativo e também em sua vitimização. Salienta a autora que esta mudança foi importante para a revisão de pressupostos praticamente inquestionáveis até então, como “a crença na anomia das estruturas familiares e sociais existentes entre escravos e libertos; a ideia da despersonalização subjacente à extrema violência do regime, a consideração dos processos de desenraizamento a que foram sujeitos os africanos na diáspora e, conseqüentemente, a assertiva do vazio cultural deixado pelas rupturas inerentes à escravização” (WISSENBACH, 2002, p. 1).

Muitos autores contribuíram para essa mudança de foco na historiografia da escravidão. Dentre eles, Chalhoub (1990) assinala as diferenças entre as formas que a escravidão tomou no meio urbano em relação ao meio rural. O autor buscou ainda mostrar na escravidão urbana uma visão distinta da polarização que existia até a década de 1980 do “escravo-coisa” ou do “escravo-herói”. A primeira contribuía para fixar a imagem do negro como passivo e a segunda para a de que só alguns, muito raros, conseguiam se desvencilhar da primeira. O autor faz isso ao mostrar a abolição como processo de negociação e conquista cotidiana de milhares de escravizados (CHALHOUB, 1990).

Na mesma vertente, os trabalhos de Lara (1988, 1999, 2007) colaboraram para a compreensão renovada das relações entre poder, escravidão e cultura. Da mesma forma que Chalhoub (1990), apresenta os efeitos desestabilizadores causados na sociedade da época pelo processo de busca pela liberdade dos escravizados.

Cabe ainda citar as pesquisas de Fonseca (2002a, 2002b, 2007, 2009). Nos dois primeiros estudos, o autor aponta as práticas educativas em relação aos negros escravizados colocadas na pauta das discussões políticas em torno da Lei do Ventre Livre encontrando nesse debate um conjunto de elementos para discutir a educação dos negros no século XIX.

Nos estudos seguintes direciona seu foco para a interpretação da presença dos negros nas escolas mineiras, revelando que esta instituição era um dos elementos acionados por este grupo com objetivo de afirmação no espaço social. Isto determinou a realização de uma análise crítica em relação

à historiografia educacional que tradicionalmente interpretou a escola como uma instituição com a qual os negros estabeleceram contatos esporádicos ou casuais. Ao observar, no contexto dos anos de 1830, o estabelecimento da obrigatoriedade da instrução elementar na Província de Minas Gerais conclui que a mesma não passou de uma “intenção”. Para Fonseca (2009) a definição da obrigatoriedade escolar foi concebida como a representação de um ideário civilizatório que entendia o papel da educação como fundamental no processo de controle da população. Mas afirma que, nessa perspectiva, a “ideia de civilizar o povo pode ser tomada como algo que comporta um nível de articulação entre educação e raça” (FONSECA, 2009, p. 67).

Após 1850 a maioria dos escravizados, em função do fim oficial do tráfico, era composta não de africanos recém-chegados, mas de filhos, netos, bisnetos e tetranetos daqueles vindos principalmente da África centro-ocidental antes da interdição continental imposta pela Inglaterra. A garantia de gerações subsequentes é a única maneira de assegurar o desenvolvimento humano de uma dada sociedade, nesse caso podemos supor que escravidão e parentesco sejam instituições paradoxais, como propõe Meillassoux (1995).

Conquanto se verifiquem ao longo de todo século altas taxas de mortalidade infantil, tal como indicam alguns autores, o tratamento dispensado às crianças filhas de escravizados sofreu uma drástica mudança com a definitiva proibição do tráfico. Tal fato deve ter sido mais acentuado nas regiões economicamente mais produtivas do país, ou ao menos naquelas que estivessem assentadas sobre a mão de obra escrava ou onde os serviços urbanos essenciais dependessem da sua presença, como nas maiores cidades do Sudeste, Rio de Janeiro, Santos, Campinas etc. Essa mudança se refere ao fato de que “as peças perdidas” não seriam mais facilmente repostas. Passa então a haver uma preocupação com a higiene e a saúde dos escravizados, sobretudo das crianças, chegando, em casos extremos, à publicação de cartilhas de prescrições de cuidados.

Se pudéssemos pensar em uma história da criança negra perceberíamos a importância mediadora de que falávamos no item acima; por um lado as crianças tornavam-se bilíngues, pois eram detentoras da língua imposta pelo mundo hegemônico dos senhores e acessavam o linguajar falado, nos locais de circulação: becos, mercados, bicas etc. Por outro lado, a função de “moleque de recado” atribuída às crianças, ainda hoje, evocada como desqualificadora de *status*, encobre múltiplas atividades desenvolvidas pelos meninos negros no meio urbano, inclusive levar e trazer recados

efetivamente, mais orais do que escritos, já que uma parcela ínfima da população detinha habilidades da escrita (JOVINO, 2010).

As imagens do século XIX de negros são marcadas pelas gravuras de Debret (1989, 2001); nelas as crianças são representadas de maneira a parecer com os animais domésticos, ao lado das mesas dos senhores pegando restos de alimentos. Podem-se ver, ainda, meninas negras caminhando ao lado das amas enquanto estas carregam as crianças brancas ou moleques carregando velas de um doente que se dirige à igreja para o cumprimento de promessa.

Figura 1 – Detalhe de jantar no Brasil



Fonte: Debret (2001, p. 89).

A originalidade da pesquisa realizada é que visibilizamos retratos de crianças negras do século XIX que de maneira inequívoca mostram a existência de um “sentimento da infância negra”, no mesmo sentido atribuído por Ariès (1981), ou seja, a existência de uma especificidade da criança negra que pode ser vista como resistência imagética, mesmo que raríssima, à escravidão e à maneira pela qual os negros foram retratados. Esta forma de representar os negros difere de outras que marcaram o olhar sobre o Brasil escravista. Nesta representação as crianças negras aparecem escravizadas, se confundem com os animais domésticos ou pequenos macacos, as crianças pequenas estão nuas, como nas imagens de Debret (1989, 2001). Diferem, ainda, de algumas fotografias do século XIX, como as produzidas por Marc Ferrez⁶ ou Cristiano Jr.,⁷ cuja marca de representação é a experiência ligada ao trabalho e à escravidão (KOSSOY, 2002a).

Meninas

No conjunto as fotos denotam que no século XIX e XX não há mais uma indiferenciação de gênero. Há claramente delimitados os trajés das meninas e os dos meninos. No entanto, as meninas e os meninos são retratados com vestes de adultos, em todas as classes sociais. As crianças “do povo”, as filhas dos senhores de terra, da nobreza, vestiam-se como adultos. As roupas usadas eram atravessadas pela classe social que a criança ocupava, bem como atravessada pela clivagem social de gênero.

Todas as meninas negras das fotos de Militão Augusto de Azevedo⁸ foram retratadas portando algum tipo de bijuteria: seja brinco, pulseira ou um colar com provavelmente um santinho (KOSSOY, 2002b). Pelo menos cinco meninas trazem como adorno junto ao pescoço uma pequena corrente com uma cruz ou uma espécie de medalhão que pode conter imagens de santos.

Figura 2 – Menina com adorno



Fonte: Militão Augusto de Azevedo, acervo do Museu Paulista, Universidade de São Paulo.

A forte ligação dos negros com o catolicismo foi sublinhada por Florentino e Góes (2005) e também por Karasch (2000). Vestígios dessa

ligação podem ser encontrados no uso da cruz pelas meninas. Podemos considerar como uma marca das meninas negras o uso de brincos, gargantilha etc. Não podemos afirmar que este fato decorra de uma marca étnica ou racial dos afro-descendentes, pois a foto era uma convenção daquilo que se queria “dar a ver”, uma espécie de *mis en scene*, então tanto as roupas quanto os adereços poderiam ser do fotógrafo ou do fotografado.

As vestimentas das meninas e das mulheres adultas, sempre esmeradas, praticamente não apresentam diferenças. É preciso levar em consideração que as roupas usadas possivelmente não representam as vestes do dia-a-dia. Conforme Burke (2004) as pessoas costumavam usar seus melhores trajes ao posarem para retratos. Se isto era verdade para a nobreza, também o haveria de ser para os infames.

Apenas uma menina tem (Figura 3) de corpo inteiro e mantém uma pose padrão para mulheres adultas na época. Foi possível encontrar nos livros sobre fotografias consultados fotos de mulheres anônimas e nobres, como a princesa Isabel, na mesma pose.

Figura 3 – Menina de corpo inteiro



Fonte: Militão Augusto de Azevedo, acervo do Museu Paulista, Universidade de São Paulo.

A figura 4 encontrada no acervo da Fazenda do Pinhal, o barco com quatro mulheres e uma menina negra, mostra dois momentos desta imagem. O primeiro se refere à foto. A foto evidencia que há uma menina negra, provavelmente filha de escravizados da fazenda, com vestimentas claramente distintas das mulheres do barco. A menina está com os pés descalços denotando uma marca da escravidão e da pobreza. O outro momento desta imagem refere-se às letras encontradas acima de cada mulher retratada. A única que não possuía uma letra acima de sua imagem é a menina. Este fato mostra que ela não foi identificada por quem olhou a foto. Esta foto explícita, de certa forma, a frase foucaultiana (FOUCAULT, 1987) de “nem visível e nem oculta”, esta menina não é visível da mesma maneira que as mulheres e também não está oculta. De alguma maneira é uma síntese da maneira pela qual as crianças são representadas no século XIX, especialmente, as pobres e negras, não são visíveis e nem ocultas. A ausência de marca identificadora de um nome na foto, ao mesmo tempo em que deixa tal vida sem nome e sem rastro, denota a existência de uma vida, como uma espécie de marca “impessoal” de um “povo”: negro e menina.

Figura 4 – Barco com mulheres e menina negra



Fonte: Fotógrafo desconhecido, acervo da Fazenda do Pinhal, São Carlos.

Outro fato que merece consideração é que quando as meninas são fotografadas fora do estúdio, o são, em sua maioria, no dentro da casa, diferentemente dos meninos que o fora do estúdio é de fato, um fora: a rua, as calçadas, o campo.

Os meninos

Na maior parte das fotos dos acervos os meninos retratados estão trajados como adultos, ou seja, pela vestimenta há uma indiferenciação etária entre adultos e crianças. Muitos deles usam paletós e gravatas. Alguns meninos estão trajados com uniforme militar, especialmente uniforme de marinheiro. Poderíamos dizer que é um traje da e para a criança já que os adultos não o utilizavam.

Figura 5 – Meninos



Fonte: Militão Augusto de Azevedo, acervo do Museu Paulista, Universidade de São Paulo.

Deste modo, há uma proximidade com o que Ariès (1981, p. 78) descreve: “é curioso notar também que a preocupação em distinguir a criança se tenha limitado principalmente aos meninos, as meninas só foram distinguidas pelas mangas falsas abandonadas no século XVIII, como se a

infância separasse menos as meninas dos adultos do que os meninos”. Mesmo porque os meninos frequentaram as escolas antes das meninas, desta forma o uso do uniforme começou a fazer parte da vestimenta deles.

Nas fotos recolhidas dos acervos pesquisados não encontramos nenhuma criança negra ou pobre que portasse o uso do uniforme de marinheiro. Iremos observar esta vestimenta nas crianças da família do imperador e na família da condessa do Pinhal. Ariès (1981, p. 80) também indica que “a silhueta agradou, e os adultos passaram a vestir seus meninos com um traje inspirado no uniforme militar ou naval: assim se criou o tipo do pequeno marinheiro que persistiu do fim do século XVIII até nossos dias”.

O que diferencia as fotos dos meninos em relação às meninas é que nos acervos pesquisados os encontramos retratados em situações do lado de fora do estúdio, “ao ar livre”. Podemos indicar que a rua, ou “o fora”, aquilo que poderia ser considerado como espaços públicos eram locais mais permitidos aos meninos do que às meninas. Mesmo que a rua fosse indicativa do local de trabalho deles: engraxates, vendedores etc.

Figura 6 – Grupo de meninos engraxates brincando de bola de gude em rua não identificada de São Paulo



Fonte: Vincenzo Pastore, c. 1910, acervo do Instituto Moreira Salles, São Paulo.

Da mesma maneira, podemos indicar que tais garotos, pequenos trabalhadores, em geral pobres e negros, foram retratados de maneira coletiva. Muitos aparecem de pés descalços indicando que foram retratados no “fora” e este fato é um indicativo de pobreza. Outro ponto a destacar é que aparecem em “movimento”, marca de gênero importante. Os meninos atuam, são ativos e transitam mais pelo espaço público, entre eles, a rua.

Família

Em relação às famílias retratadas podemos indicar que quando elas estão “completas” há uma hierarquia. O homem é o centro. Quando há meninos e meninas, eles são o centro. Portanto, há uma hierarquia de gênero que atua fortemente na sociedade patriarcal e que aparece nas fotos. Esta marca vale para todas as famílias: negra, imperial e do senhor de terra. Podemos dizer que é uma marca do ocidente, uma hierarquização das relações que independem da classe social e da raça.

Outra marca se evidencia em relação ao traje das crianças. É importante destacar que nesta época aparece a roupa de marinheiro que é uma espécie de uniforme usada nas crianças e terá uma presença forte nas instituições, entre elas a escola.

Em relação às famílias negras retratadas por Militão figuram entre poucos que poderiam pagar uma soma qualquer de dinheiro para terem sua imagem perpetuada no tempo. Vale dizer que, de fato, eles conseguiram de alguma forma iluminar suas vidas de maneira a fazê-las perdurar pelas imagens, o que evidencia a sua importância.

Se por um lado estas fotos mostram que estes negros que fotografaram a si próprios, aos filhos ou parentes, por escolha disponibilizam alguns recursos e recorrem a um suporte técnico da modernidade, a fotografia, para fixar uma memória de si, por outro mostram uma relação com a construção de uma imagem do Brasil como um país civilizado e, mais, de uma São Paulo civilizada, posto que foram produzidas entre os anos de 1862 e 1885, portanto, antes da abolição oficial da escravatura no Brasil. E Militão foi um dos primeiros a retratar sistematicamente a transformação urbana da cidade de São Paulo.

Figura 7 – Crianças



Fonte: Militão Augusto de Azevedo, acervo do Museu Paulista, Universidade de São Paulo.

Figura 8 – Família



Fonte: Militão Augusto de Azevedo, acervo do Museu Paulista, Universidade de São Paulo.

Civilidade infantil

Civilizar as maneiras e os modos de comportamento em sociedade – as posturas, os gestos e direcionar os tratos relacionados às funções corporais, desde a primeira hora do dia até o momento do deitar-se, são prerrogativas centrais para a construção de um *sujeito civilizado*. Assim, também para as crianças houve uma preocupação em propagar regras de condutas percebidas como fundamentais para possibilitar a conformação das normas construtoras de sensibilidades nos membros constituintes da sociedade moderna que se edificava e consolidava a partir dos finais do século XVIII.

As postulações da boa educação inculcadas à ideia de autocontrole como preceito da civilidade vinculam-se com direção imposta ao abandono das práticas de “barbárie”, efetivadas anteriormente aos desejos e necessidades de aderir ao “processo civilizador” analisado por Norbert Elias (1993). Para o autor, as modificações dos comportamentos e a definição das sensibilidades da sociedade moderna estão diretamente ligadas à formação do Estado Nacional Moderno, diante das práticas de monopólio da força física pelo Estado – com a instauração das monarquias absolutistas – e à diferenciação das funções e relações sociais que exigiam um controle mais efetivo das emoções por parte dos indivíduos, um abrandamento das pulsões, como se refere Norbert Elias (1993).

Diante da inclinação em civilizar os indivíduos desde a mais tenra idade pode-se apontar o surgimento da *Civilidade Pueril*, de Erasmo (1530 *apud* REVEL, 1991, p. 171), dedicado à educação infantil, reunindo “[...] observações e conselhos para uso das crianças, abordando as principais circunstâncias da vida em sociedade” (REVEL, 1991, p. 171). Seguindo o referido compêndio – que foi o primeiro a reunir e compilar as normas comportamentais em formato de manual –, vários outros escritos aparecem com a intenção de delimitar as regras de sociabilidade exigidas desde a primeira infância dos pequenos indivíduos.

O alcance destes textos formadores de *bons cidadãos* se inclinava inicialmente às mais altas classes do espaço em que circulava, como a intenção de justamente distingui-las do restante da população por meio do refinamento de seus modos e maneiras. Entretanto, neste conjunto de fotos de crianças é possível encontrar crianças em poses estudadas que sinalizam posturas severas, gestos contidos, um modelo do que se poderia

chamar de civilidade infantil que acompanha o modelo no qual os adultos se retratavam.

Nestas regras de civilidade a criança é apresentada como portadora de uma personalidade que pode ser construída, moldada pelos pais segundo as condutas que a família tomará como modelo para conduzir sua criação baseada nas várias linhas que atravessam a família como a médico-higienista, o educativo-pedagógico, a jurídica, entre outras.

As orientações geralmente são voltadas à conformação do comportamento infantil com a intenção de configurar o caráter dos meninos para desde cedo moldar e formar o *bom cidadão* e para as meninas a *boa mãe e dona de casa*.

Figura 9 – Mulheres com crianças



Fonte: *Revista Moderna*, acervo da Fazenda do Pinhal, São Carlos.

No que se refere aos gestos e ao vestuário é notória a contenção do corpo, as roupas são apropriadas para serem fotografadas, o que parece oportuno a uma criança *bem educada*. Na imagem nota-se o caráter prescritivo no que se refere à produção de um corpo de criança saudável, cujo concurso de robustez, da década de 1910, premiava.

Figura 10 – Mulher com criança



Fonte: *Revista Moderna*, acervo da Fazenda do Pinhal, São Carlos

A Galeria dos Infames

Neste artigo, tornamos visíveis as crianças e negras em um momento no qual elas não eram o centro da vida social. No período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, o qual hegemonizou imagens subalternizadas de crianças e de crianças negras, pretendemos mostrar que havia e há sempre possibilidades históricas de encontrarmos outras coisas, como uma espécie de resistência às formas hegemônicas de constituir imagens, modos de vida e de pessoas. Estas outras formas de se constituir são produzidas e inventadas, mesmo em momentos históricos intoleráveis, como podemos considerar a escravidão. Ou seja, pretendemos neste artigo mostrar possibilidades que ocorreram e que, mesmo raras,

foram importantes, pois se configuraram como resistência imagética, como dissemos, à escravidão. Ao trazer as crianças ao centro da história buscando seu protagonismo, que de fato há na história das crianças e da construção de suas infâncias, fazemos um esforço em contar a história deste ponto de vista, “a contrapelo”, como dizia Walter Benjamin (1994). Apesar do protagonismo das crianças negras na mediação social o que há sobre isto é o silêncio.

Nos acervos pesquisados encontramos poucas fotos de crianças nessas regiões do Brasil no período proposto. Em relação às imagens, pudemos encontrar em vários livros e revistas imagens de crianças, a maioria branca, da nobreza ou da recente burguesia na Europa, além de prescrições sobre como cuidar de crianças. As crianças que aparecem neste artigo foram retratadas pelos adultos. É a maneira pela qual eles as viam e as construíam. No entanto, como há raríssimas fotos de crianças, podemos dizer que estas retratadas demonstram uma visão diferente sobre a criança, posto que foram retratadas. Este fato denota que havia um sentimento da infância que também diferia de outras possíveis relações que os adultos estabeleciam com as crianças daquela época e que não estão retratadas. De todo modo, podemos verificar a existência de sentimentos de infâncias atravessados neste período.

Em relação às crianças negras, a insistência no modo como as crianças estão bem vestidas e penteadas se relaciona com a hipótese de que são filhas, parentes ou pessoas próximas de clientes do fotógrafo. Considerando que Kossoy (2002a) observou que Militão foi um bem sucedido retratista e que teve como contratantes de seus serviços pessoas de todos os extratos sociais podemos supor que negros livres e libertos e quiçá escravizados figurassem entre eles. Como exemplo disto podemos citar o fato de que Luiz Gama, líder abolicionista, foi um dos clientes do fotógrafo Militão. Há possibilidade de algumas destas crianças serem escravizadas o que não destrói, mas afirma, nossa hipótese de que as crianças retratadas são como uma resistência imagética à: 1) invisibilidade da criança negra, 2) maneira pela qual as crianças negras foram retratadas neste período (como animais e/ou como escravizadas no trabalho) e 3) ausência de imagens de crianças neste período.

Um dos símbolos de subalternização que marcavam a escravidão na iconografia do século XIX são os pés descalços. Porém, em muitas das fotos que analisamos, nas quais pudemos observar este aspecto, os negros estão calçados. Isto demonstra que se trata de pessoas com algum poder aquisitivo, que

podiam atender a alguns padrões sociais, embora seja prudente se considerar que tanto a roupa quanto o sapato pudessem ser oferecidos pelo fotógrafo. Mais que se deixar representar “conforme o padrão branco” (KOSSOY; CARNEIRO, 2002) estas imagens podem mostrar também uma espécie de enfrentamento dos negros aos padrões hegemônicos vigentes na época, posto que usam símbolos de poder e *status* do “outro civilizado” para sua própria representação. Por outro lado mostram que o retratado está inserido, ainda que subalternamente, e também marcam uma certa distinção entre esses negros e os outros, mostrando uma certa ascensão ou mobilidade. Ermakoff (2004) também salientou que a mobilidade social seria perceptível pelas situações e vestimentas com que alguns negros foram retratados.

Neste sentido, com base nestas fotografias poderíamos retomar a noção foucaultiana (FOUCAULT, 1984) de acontecimento, conforme foi utilizada por Fonseca (2002a), porque elas podem demonstrar uma relação de forças que se inverte. São símbolos de poder de uma classe/raça que são tomados e, em alguma medida, voltados contra seus utilizadores, posto que estes seriam obrigados a buscar outras formas de legitimação de seu *status*. Dias (1995) observa que na cidade de São Paulo, desde muito antes do período em que as fotos foram produzidas, a aristocracia sempre buscou formas de marcar sua posição. Para a autora, a presença de escravizados africanos na cidade trouxe uma exacerbação de valores aristocráticos e dos rituais de hierarquia social (DIAS, 1995). Em 1812, Marianna Angélica Fortes Sá Leme e Anna Leonisa de Abelho Fortes, movidas não se sabe por qual motivo, solicitaram da Câmara Municipal um atestado de sua posição social por meio do qual atestariam “[...] que as sobreditas senhoras vivem recolhidas em sua casa e se tratam com muita distinção e lei da nobreza” (DIAS, 1995, p. 99).

A autora foi pioneira ao demonstrar a relação tensa e por vezes ambígua entre a elite política e social e as mulheres chefes de família, quitadeiras, lavadeiras, engomadeiras, na cidade de São Paulo na passagem da primeira para segunda metade do século XIX (DIAS, 1995). Perseguidas pela polícia, igreja e fisco, tais mulheres improvisavam formas de existência na precariedade das ruas de forma que pudessem criar e educar os filhos regularmente na ausência dos companheiros. A elite da época ao mesmo tempo em que demonstrava intolerância era obrigada a reconhecer a importância de tais mulheres brancas pobres, pretas e pardas libertas para a economia da cidade.

Em relação às meninas podemos observar em todas as famílias retratadas que elas ocupavam um lugar hierarquicamente inferior ao dos meninos. Quanto ao traje pudemos observar que a maioria delas usa o mesmo traje que as mulheres. Vimos também que o chapéu foi um adereço usado pelas meninas brancas e poderíamos dizer que é uma marca de classe social. Em algumas fotos observamos que os meninos utilizam uniformes de marinheiros e, desta forma, concordamos com Ariès (1981) que para os meninos foi construída uma especificidade de infância, anterior a das meninas. Ainda em relação às meninas pudemos observar que quando são fotografadas fora do estúdio o são no interior da casa, “no dentro” – uma espécie de fora no dentro; diferentemente dos meninos que quando são fotografados fora do estúdio o são nas ruas e calçadas – o fora do fora. De toda maneira, as crianças fotografadas fora do estúdio são crianças pobres e descalças. Este fato corrobora e vai ao encontro da civilidade infantil, a qual coloca cada gênero em um lugar e função, as meninas/mulheres no dentro e os meninos/homens no fora.

De modo geral, as imagens de crianças corroboram alguns estudos europeus sobre iconografia da idade média e séculos XVII a XIX com crianças como Ariès (1981) ou Chalmel (2004). Nestes trabalhos muito se ressaltou as imagens de crianças muito próximas, parecidas com adultos no caso de retratos pintados. Aqui a proximidade se dá especialmente pelo vestuário. Mesmo considerando que adultos e crianças estejam posando em seus melhores trajes, os modos como se vestem acabam por proporcionar uma espécie de indiferenciação etária, marcada apenas pela diferença de tamanho. Isto vale também para as representações da escravidão, nas quais as quitandeiras e pequenos vendedores, iguados pelo trabalho, diferenciam-se pela estatura.

Um dos sinais de infância negra perceptíveis nas imagens de Debret (1989, 2001) e em algumas fotografias do século XIX é a experiência ligada ao trabalho e à escravidão. Além do tamanho, crianças e adultos também diferem (ou igualam) nos tipos de tarefas que realizam. Ainda que não tenham idade para realizar trabalhos, as crianças pequenas, por exemplo, estão às costas de suas mães para que estas tenham as mãos livres para os afazeres. Mesmo que consideremos esta uma prática cultural africana e também indígena, dentro da escravidão ela ganha outro contexto e sentido.

Ao tomarmos a infância como experiência, a negra é carregada de trabalho diferentemente da branca.

Se considerarmos a presença de brinquedos ou do brincar como um sinal de infância, talvez o mais evidente, esta será uma imagem quase não vista em relação às crianças brancas e negras no século XIX. Somente em uma imagem aparecem meninos brincando nas fotos ao “ar livre”.

Chama a atenção o fato referente a uma certa invisibilidade, ou ao não visível, das crianças. Ainda quando retratadas não o são, pois se parecem com adultos, além das raras fotos encontradas. Os poucos sinais de infância encontrados, mesmo a pequena quantidade e a dificuldade de localizar as fotografias, nos levam a ponderar sobre esta invisibilidade levando-se em conta a considerável população de crianças, sobretudo, negras. Mesmo no final do século, dois anos após a abolição da escravatura, enquanto a forte imigração europeia fazia parte das políticas públicas do governo brasileiro (HENRIQUES, 2001 p. 5), a parte da população composta de pretos e pardos era cerca de 56% para 44% de brancos.

Ao mesmo tempo em que as práticas escravistas produziram exarcebadamente a imagem do exotismo do trabalho escravo criou a invisibilidade das pessoas negras, em especial da criança, evidenciada pela falta de sinais de infância e pela proximidade do trabalho. Isto leva a crer, portanto, que entre a infância escravizada, aquela que poderíamos denominar “em perigo” (como as expostas e as nascidas livres de ventre escravizado) e a perigosa (como os moleques que perturbavam a ordem nas ruas das cidades), o que as práticas do século XIX produziram, sobretudo, foi a criança e a infância negra invisível.

Ao priorizarmos nesse artigo imagens de famílias e crianças negras e de crianças ainda no final da escravidão, retratadas da maneira vista, pretendemos “fazer fugir” uma determinada iconografia dominante neste período, marcada pelo pitoresco e exótico da escravidão e pela invisibilidade das crianças na vida social. Desta forma podemos concluir que este período se caracteriza por uma ambiguidade: a existência de um sentimento de infância e a invisibilidade da criança e da infância, em especial, da criança negra.

Notas

- 1 Neste artigo utilizamos parte dos resultados da pesquisa referente ao Projeto *Imagens de Crianças e Infâncias* que recebeu financiamento do CNPq por meio do Edital Universal em 2004 e 2010.
- 2 As principais revistas pesquisadas foram *O Petiz* e a *Revista Moderna* constantes no acervo da Fazenda do Pinhal, São Carlos.
- 3 William Henry Fox Talbot (1800-1877), que residia em Londres, reivindicava prioridade na descoberta da fotografia. Na França, Nicéphore Niépce e Louis Jacques Mande Daguerre conseguiram aceitação e consagração da invenção da fotografia.
- 4 Foucault fala em “efeito de raridade” e que a interpretação é uma maneira de compensar a realidade já que, na realidade, poucas coisas são ditas (ORLANDI, 1987).
- 5 Desde os trabalhos de Mott (1979) e Mattoso (1988) poucas pesquisas focaram a criança e a infância negra no século XIX. Além disso, a maior parte da bibliografia sobre negros na escravidão narram histórias de adultos como se não existissem crianças ou fossem apenas apêndices.
- 6 Marc Ferrez manteve estúdio fotográfico no Rio de Janeiro de 1868 a 1905. Produziu um número considerável de álbuns sobre temas brasileiros que eram vendidos especialmente para turistas. Dedicava-se também ao estudo e divulgação de novas técnicas, bem como do resultado de seus trabalhos. Foi, segundo Kossoy (2002a, p. 134-139), um dos maiores fotógrafos de seu tempo na sua especialidade.
- 7 José Christiano de Freitas Henriques Junior. Trabalhou no Rio de Janeiro entre 1863 e 1876. Suas composições mais famosas são as dos “tipos de pretos”, comercializadas no formato de *cartes de visite* “bem ao gosto da antropologia social e das teses racistas em voga na Europa naquele momento” (KOSSOY, 2002a, p. 174).
- 8 Militão Augusto de Azevedo fotografou em São Paulo entre 1862 e 1885, tendo, “na cidade que se modificava rapidamente, uma clientela abrangente e diversificada que atravessava os diferentes estratos sociais”. Seus álbuns de retrato, registros de controle de sua atividade cotidiana, “formam, no seu conjunto, uma verdadeira ‘enciclopédia visual de

personagens sociais' da vida paulistana e brasileira". Cf. Kossoy (2002b, p. 68). Esse acervo, com seis volumes, conta com aproximadamente 12.500 retratos. Toda a coleção de Militão foi examinada, resultando na seleção de aproximadamente 50 fotografias com pessoas negras, das quais cerca de 27 apresentavam crianças e jovens negros.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Magia, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALMEL, Loic. Imagens de crianças e crianças nas imagens: representações da infância na iconografia pedagógica nos séculos XVII e XVIII. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 86 p. 57-74, abril 2004.
- DEBRET, Jean Baptiste. Ilustrações e comentários. In: STRAUMANN, Patrick (Org.). *Rio de Janeiro, cidade mestiça*. Tradução de Aguiar e Rosa Freire. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pictoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ELIAS, Norbert. Do controle social ao autocontrole. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: v. 2: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Arquivos, fontes e novas tecnologias*. Campinas: Autores Associados, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista, SP: EDUSEF, 2002a.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 4, p. 123-144, jul./dez. 2002b.

FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 2007. 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, História e Historiografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius. População negra e civilização: uma análise a partir do estabelecimento da obrigatoriedade escolar em Minas Gerais (1830-1850). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 807).

JOVINO, Ione da Silva. *Crianças negras em imagens do século XIX*. 2010. 131f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002a.

KOSSOY, B. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002b.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luisa Tucci. *O olhar europeu: o negro na fotografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. Madrid: Fundación Mapfre América, 1999.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentsos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Magali A. *A captura do olhar: a fotografia como construtora de saberes na antropologia educacional*. 2004. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

MATTOSO, Katia Queirós. O filho da escrava. Em torno da Lei do Ventre Livre. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, mar./ago. 1988.

MEILASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da Infância Brasileira: 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 57-98, dez. 1979.

ORLANDI, Luiz B. L. Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. In: TRONCA, Ítalo A. *Foucault vivo*. Campinas: Pontes, 1987.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: *História da vida privada: v. 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 4, p.103-122, jul./dez. 2002.

Acervos Pesquisados

Instituto Moreira Salles (São Paulo, SP)

Museu Paulista (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

Fazenda do Pinhal (São Carlos, SP)

Children and childhood photos: the child and Brazilian iconography in the nineteenth and twentieth centuries

Abstract

This article uses iconographic research in Brazilian historical collections to analyze how children, especially black children, and their childhoods were portrayed in the 19th and early 20th centuries. The aim was to see these children as the central characters of history, in which they are usually invisible, hidden or found just in traces. The methodology included the organization and analysis of photographs, considering issues related to gender, race and social class. Very few portraits of children were found and this scarcity demonstrates that children are seen from a different perspective than adults. The research also showed the presence of black children in portraits of everyday life without any allusion to slavery. The paper discusses the changes in the representation of black children in the social imaginary of the period. It concludes by identifying an ambiguity: the existence of a sense of childhood and the invisibility of the black child and black childhood.

Keywords: Child. Childhood. Blacks. Iconography.

Images d'enfants et d'enfances: l'enfant dans l'iconographie Brésilienne des XIX^e et XX^e siècles

Résumé

L'objectif de cet article est de mettre en évidence la façon dont l'enfant et son enfance ont été décrits au XIX^e siècle et au début du XX^e, avec une attention toute particulière à l'enfant noir. La présente analyse se base sur la recherche iconographique et trouve sa source dans quelques archives historiques du Brésil. De cette perspective les enfants sont considérés comme des protagonistes de l'histoire, dans laquelle, souvent, ils n'apparaissent que comme des vestiges invisibles et occultes. D'un point de vue méthodologique, ce sont utilisées des images photographiques organisées et analysées en fonction des questions de genre, de race et de classe sociale. Il a été remarqué que les photos d'enfants sont des raretés, et cette même rareté permet de montrer un regard différent sur eux, en considérant qu'ils ont été photographiés. Cette étude met en évidence la présence des enfants noirs sur des images de la vie quotidienne sans allusion à l'esclavage. Comme ceci, la représentation de l'enfance au sein de l'imaginaire social de cette époque, a été problématisé. Les enfants noirs sont toutefois photographiés et reconnus en référence à l'exotisme du travail esclave, pour cette raison le regard analytique cherche à s'éloigner de la manière hégémonique avec

laquelle ils étaient représentés au XIX^e siècle. L'on a conclu que cette période est caractérisée par une ambiguïté : l'existence d'un sentiment d'enfance et l'invisibilité de l'enfant et de l'enfance noires.

Mots-clés : Enfant. Enfance. Noirs. Iconographie

Anete Abramowicz

E-mail: aneteabramo@gmail.com

Debora de Barros Silveira

E-mail: debora@uems.br

Ione da Silva Jovino

E-mail: ionejovine@gmail.com

Lucélio Ferreira Simião

E-mail: lucelio@uems.br

Recebido em: 18/12/2010

Versão final recebida em: 30/4/2011

Aprovado em: 15/5/2011